

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

NEWSLETTER

VERÃO DE 2011



Foto: Sofia Pilhal



PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA OS DIREITOS
DAS MULHERES



Edição:
Nora Kiss

Revisão:
Margarida M. Marques

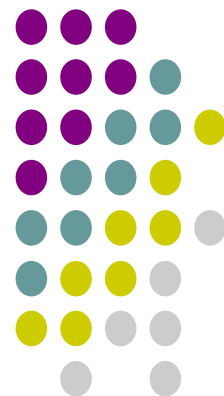


INTERNACIONAL

Na 100ª Conferência anual da [Organização Internacional do Trabalho](#) (OIT), a 16 de Junho, foi adoptada a [Convenção](#) que visa melhorar as condições de trabalho de dezenas de milhões de **trabalhadoras e trabalhadores domésticos** no mundo inteiro. Juan Solmavia, Director Geral da OIT, frisou que “Pela primeira vez, estamos a levar o sistema de normas da OIT à economia informal. É um avanço de grande importância. A História está a ser feita.” As novas normas da OIT determinam que as trabalhadoras/es domésticos do mundo inteiro, que cuidam das famílias e das casas, têm que ter os mesmos direitos fundamentais de trabalho que as trabalhadoras/es das outras áreas gozam: horários de trabalho razoáveis, descanso semanal de pelo menos 24 horas seguidas, pagamentos em espécie limitados, informação clara sobre os termos e condições de trabalho e, também, o respeito pelos princípios e direitos fundamentais no trabalho, incluindo a liberdade de associação e o direito à negociação colectiva. Segundo as estimativas recentes da OIT, baseadas em inquéritos nacionais e/ou censos de 117 países, há 53 milhões de trabalhadoras/es domésticos no mundo. Porém, as/os peritas/os internacionais chamam a atenção para o facto de este trabalho na maioria das vezes não ser registado e, por vezes, ser mesmo escondido, pelo que, o número total de trabalhadores/as domésticos/as pode atingir os 100 milhões. Nos países em desenvolvimento, este tipo de trabalho oscila entre os 4-12% dos empregos remunerados. Cerca de 83% das pessoas que trabalham nessa área são mulheres e raparigas, muitas delas migrantes.

A **Guiné Bissau** é um dos países onde tradicionalmente a mutilação genital feminina está mais enraizada, tanto a nível social como a nível cultural. Quase metade da população feminina guineense é vítima desta prática extremamente violenta contra as mulheres. A mutilação genital feminina é uma das mais persistentes violações dos direitos humanos no mundo e ainda existe em pelo menos 28 países de África e do Médio Oriente, na Ásia e em comunidades emigrantes na Europa, América do Norte e Austrália. A UNICEF declarou que esta prática “pode ser eliminada no espaço de uma geração”. No entanto, a diminuição da taxa de prática deste ritual não indica uma diminuição global. O Parlamento guineense fez o primeiro passo neste caminho quando adoptou uma legislação (com 64 votos a favor, 1 contra e 13 abstenções) que de acordo com o artigo 3º, passa a ser expressamente proibida a prática da excisão feminina em todo o território nacional. O artigo 2º define a excisão como toda a forma de amputação, incisão ou ablação parcial ou total de órgão genital externo da pessoa do sexo feminino, bem como todas as ofensas corporais praticadas sobre aquele órgão como cumprimento de um ritual cultural. No capítulo das sanções, salienta-se: no artigo 4º está patente que quem, por qualquer motivo, efectuar a excisão feminina numa das suas várias formas (clitoriectomia, excisão, incisão, efabulação) com ou sem consentimento da vítima, é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos. Ainda no artigo 5º, do mesmo capítulo, refere-se que a excisão sobre menor, é punido com pena de prisão de 3 a 9 anos. Este artigo, no seu ponto 2, sublinha que os pais, tutores, encarregado de educação ou qualquer pessoa a quem cabe a custódia da criança tem o dever de impedir a prática da excisão. No seu ponto 3 diz que o não cumprimento do disposto no número 2 é punido com a pena de prisão de 1 a 5 anos. Igualmente, no artigo 6 desta lei, deixa claro que quem com intenção de praticar excisão sobre outrem, lhe causar os efeitos previstos nas alíneas c) e d) do artigo 115.º do Código Penal, terá uma pena de 2 a 8 anos de prisão; e se resultar a morte da vítima, a pena será de 4 a 10 anos de prisão. Quem por natureza das suas funções, tiver conhecimento da prática de mutilação genital feminina, tem o dever de denunciá-la à polícia judiciária, ao Ministério Público ou a Polícia de Ordem Pública; se não o fizer, incorre em punição, com pena de multa que vai de 500.000 a 2.500.000 xof. Como disse Fatumata Baldé, presidente do Comité Nacional para o Abandono de Práticas Tradicionais Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança, “foram décadas de luta” que se “concretizaram na adopção daquela medida legislativa, mas o trabalho começa agora”.

15 anos depois dos compromissos feitos pelos governos a frente à Plataforma de Acção de Pequim, o Conselho de Direitos Humanos das **Nações Unidas** criou um novo grupo de trabalho por um período de três anos, sobre as questões de discriminação contra as mulheres na Lei e na prática. Kamala Chandrakirana, antiga Secretária-Geral da Comissão Nacional sobre a Violência contra as Mulheres da Indonésia, foi nomeada presidente do grupo de trabalho e vai trabalhar com os restantes quatro membros para identificar e encontrar maneiras de acabar com qualquer Lei que discrimine as mulheres. Apesar do progresso da legislação neste sentido, na maior parte do mundo tais Leis discriminatórias ainda existem.



EUROPEAN WOMEN'S
LOBBY
EUROPÉENNES DES FEMMES





O **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas** aprovou uma [Resolução sobre violações de direitos humanos com base na orientação sexual e identidade de género](#). A resolução pede ao Alto Comissário para os Direitos Humanos para preparar um estudo sobre a violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de género e apela para a organização de um debate sobre o tema no Conselho de Direitos Humanos para se discutir os resultados do estudo de uma maneira construtiva e transparente e se considerar acções apropriadas de follow-up. No final da [sessão](#), foi entregue uma poderosa declaração, da parte das representantes da sociedade civil internacional, a felicitar a aprovação da resolução e a afirmar o empenho e o compromisso da sociedade civil para, com as Nações Unidas, assegurar que todas as pessoas sejam tratadas como livres e iguais em dignidade e direitos, incluindo a orientação sexual e identidade de género.

A **ONU Mulheres, com a UNICEF e a UN-HABITAT** lançou o projecto [“Safe and Friendly Cities for All”](#) que visa o desenvolvimento de 8-10 grandes cidades do mundo de tal modo que as habitantes, mulheres e crianças, se possam sentir seguras nos seus bairros e que tenham uma qualidade de vida mais alta.

Mais que 120,000 votos foram registados no concurso das Nações Unidas para encontrar a melhor publicidade para a sensibilização sobre a luta contra a violência de género. A obra que, entre 2700 candidaturas de 40 países europeus, recebeu mais votos foi **“Say no to violence”** criada por Gjoke Gojani. A obra vencedora oficial, vai ser escolhida por um júri composto por 70 peritas e peritos e vai ser anunciada na cerimónia final em Novembro. Foram escolhidas as [40 obras](#) consideradas as melhores que vão ser avaliadas pelo júri com vista à atribuição do prémio final. Um prémio especial será oferecido pelo grupo Benetton: o prémio jovem será entregue à melhor autora ou autor jovem. O concurso é uma iniciativa do Centro de Informação Regional para a Europa Ocidental das Nações Unidas em parceria com a ONU Mulheres para chamar a atenção para a importância da luta contra a violência de género. Afsané Bassir-Pour, Directora do Centro Regional de Informação da ONU, elogiou o entusiasmo das pessoas e organizações europeias em participar no concurso. “O nosso objectivo foi a sensibilização acerca deste problema, ajudar a quebrar o tabú alcançando a comunidade criativa da Europa. Como dizem, uma imagem vale mais que mil palavras.”

EUROPA

Foi lançada no dia 17 de Junho a **campanha do Lobby Europeu das Mulheres** intitulada [“Junt@s por uma Europa livre da prostituição”](#). A campanha apela às pessoas, aos governos nacionais e à União Europeia que tomem medidas concretas visando o termo da tolerância social generalizada da exploração sexual e económica das pessoas que se prostituem e que são, na sua maioria, mulheres. “Na óptica dos membros do Lobby Europeu de Mulheres, o sistema da prostituição representa o acentuar das desigualdades, onde a violência e a opressão são mal disfarçadas pela imagem de igualdade que possa ocorrer numa troca comercial” diz Rada Boric, membro de Executivo do LEM, uma organização que representa mais de 2500 associações de mulheres em 30 países. No lançamento estreou o [vídeo da campanha](#), que está disponível em todas as línguas europeias e é um dos instrumentos integrantes da campanha de sensibilização lançada hoje pelo LEM. Encontra-se, também, disponível no site do LEM - www.womenlobby.org - um [formulário de compromisso pessoal](#) de tomada de posição contra a prostituição e de apelo aos governos e instituições europeias para que tomem medidas concretas de acção.



As mulheres continuam a ser as principais responsáveis pelos cuidados das crianças e dos idosos em todos os Estados-membros da União Europeia, apesar das várias tentativas de implementação de políticas e acções para aumentar a igualdade de género. Os dados mais actuais apresentados num [estudo recente](#) do [Instituto Europeu para a Igualdade de Género](#) (EIGE) mostra que as mulheres em idade activa passam três vezes mais tempo, por dia, do que os homens a cuidar das crianças. Esta responsabilidade constitui a principal razão pela qual as mulheres trabalham significativamente mais horas do que os homens para conseguirem equilibrar a vida pessoal com as responsabilidades profissionais.

Os [líderes dos países membros da União Europeia](#), em reunião em Bruxelas, articularam o apoio à implementação do [Quadro Europeu para Estratégias Nacionais para a Integração dos Ciganos](#), elaborado pela Comissão Europeia, que apela aos estados membros para elaborarem uma estratégia nacional, até ao final de 2011, com o objectivo de melhorar a situação das comunidades ciganas. O Quadro Europeu estabeleceu quatro áreas chaves: educação, emprego, saúde e habitação, que coincidem com os objectivos da estratégia Europa 2020, em que os governos, até ao final do ano, têm de elaborar medidas especiais para a [inclusão das comunidades ciganas](#). Existem fundos europeus para este efeito.

Com a celebração do vigésimo aniversário da introdução da cidadania da União pelo Tratado de Maastricht, em 1 de Novembro de 1993, a [Comissão Europeia propôs](#) que 2013 fosse designado «[Ano Europeu dos Cidadãos](#)». O objectivo do Ano Europeu consiste em aumentar a sensibilização dos cidadãos para o seu direito de residir livremente na União Europeia; aumentar a sensibilização para a forma como os cidadãos podem beneficiar dos direitos e políticas da UE e estimular a sua participação activa no processo de elaboração das políticas da União; estimular o debate sobre o impacto e o potencial do direito de livre circulação, em especial em termos de reforço da coesão e de compreensão mútua. Para assinalar o Ano Europeu dos Cidadãos de 2013, será organizada em toda a UE uma série de eventos, conferências e seminários, a nível nacional, regional ou local. A Comissão tenciona igualmente reforçar a visibilidade dos portais Web multilingues «Europe Direct» e «A Vossa Europa» como elementos chave de um «balcão único» de informação sobre os direitos dos cidadãos da União, bem como o papel e a visibilidade dos instrumentos de resolução de problemas, como o [SOLVIT](#), para que os [cidadãos](#) da União exerçam e defendam melhor os seus direitos.

O dia 26 de Setembro marca o [Dia Mundial da Contraceção](#). Para comemorar este dia, foram publicados os resultados do novo estudo multi-nacional intitulado '[Contraceção: Afinal, de quem é a responsabilidade?](#)' a prática de relações sexuais desprotegidas está a aumentar entre os jovens de todo o mundo. O estudo revela que quase metade (45%) dos jovens sexualmente activos, abrangidos pelo estudo, já praticaram relações sexuais sem utilizar métodos contraceptivos. – um aumento considerável de 25% em relação aos resultados do estudo multi-nacional do Dia Mundial da Contraceção de 2009 - e que apenas metade (51%) dos jovens considera estar muito bem informada sobre as opções de contraceção

PORTUGAL

No sábado, 25 de Junho, em Lisboa, foi organizada a primeira “SlutWalk” em Portugal. A manifestação, traduzida para português como “[Marcha das Galdérias](#)”, depois, a 12 de Agosto, foi repetida no Porto também. A SlutWalk é uma manifestação contra a violência, violação, abuso e assédio sexual e a atitude machista das nossas sociedades perante estes crimes que culpa a vítima em vez de acusar quem comete o crime. A vaga de manifestações começou no Canadá e já atingiu o mundo inteiro. Desde Março milhares de mulheres marcharam nas ruas de mais que cem cidades em 5 continentes no âmbito deste movimento, para chamar a atenção à necessidade de mudança de abordagem em relação a estes crimes. As slutwalks de Lisboa e do Porto, como as outras todas no mundo inteiro, foram organizadas por cidadãs através do Facebook e das outras redes sociais, centenas de pessoas aderiram ao movimento em Portugal.





RECURSOS

Social Europe Guide—Vol. 1.: [Employment Policy](#), 2011

[2nd Manifesto on the Rights of Women and Girls with Disabilities in the European Union : A toolkit for activists and policymakers.](#)

[A huge step forward for Roma inclusion](#), Stop Discrimination Newsletter, Comissão Europeia

O Lobby Europeu das Mulheres publicou em Junho a primeira edição da sua e-zine, [European Women's Voice](#) / Voz das Mulheres Europeias, dedicada às questões da violência.

[Maximum Available Resources & Human Rights: Analytical Report](#) (Junho 2011) por Radhika Balakrishnan, Diane Elson, James Heintz e Nicholas Lusiani

[Women, Poverty, Crises, and Human Rights](#) (Junho 2011) por United Nations Non-Governmental Liaison Service (UN-NGLS)

[Equality Planning Guide](#), publicação do Ministério do Interior da Finlândia

Relatório Anual de 2011 da Amnistia Internacional: [“The State of the World's Human Rights”](#)

[Formação online](#) sobre Direitos Humanos para membros e voluntários de organizações europeias de jovens.

[“60 years and still counting”](#) Global Trends—Publicação da UNHCR sobre refugiados no mundo para comemorar o 60º aniversário da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados

[Trafficking in Human Beings: Identification of Potential and Presumed Victims](#), OSCE 2011

[Realtório Anual da WIDE](#)— Globalizing Gender Equality and Social Justice

[UN Report of the Special Rapporteur on contemporary forms of slavery, including its causes and consequences](#), Gulnara Shahinian (2010)

[Pilot Toolkit for Replacing Approaches to Ending FGM in the EU: Implementing Behaviour Change with Practicing Communities](#)

[UN Women Annual Report 2010-2011](#)





CONFERÊNCIAS

- 19-20 de Setembro 2011: Igualdade entre Mulheres e Homens, Comissão Europeia, Bruxelas
- 8 e 9 de Novembro 2011: [European Gender Summit](#), Scientific Quality through Equality
- 28 de Outubro de 2011: Colóquio “Violência doméstica sobre mulheres: respostas, dilemas e desafios”, Universidade de Coimbra

SEMINÁRIOS, TERTÚLIAS E WORKSHOPS

- 20 de Setembro 2011: [11th International Women and Health meeting](#) , Bruxelas
- 21 de Setembro 2011: [Women for Europe and Citizens' Initiative](#), Bruxelas
- 30 de Setembro 2011: [Seminário Internacional sobre o Assédio Sexual](#), Fundação Gulbenkian
- 14 de Outubro 2011: [Empreendedorismo Feminino](#): Como Transformar a Crise Económica em Crescimento Pessoal e Profissional, ISPA
- 20 de Outubro 2011: Seminário “Prostituição e Tráfico de Seres Humanos para fim de Exploração Sexual na Europa” e Lançamento da campanha “Junt@s por uma Europa livre de prostituição”, Lisboa
- 27-28 de Outubro 2011: Conferência Anual WIDE: Women's Rights and Gender Equality amidst the "Arab Springs". Challenges and Lessons Learnt across Regions
- 14-15 de Novembro 2011: Equality Summit 2011, Pozan, Polónia: Effective equality policies at regional and local level

PROPOSTAS E CANDIDATURAS

- Participações: [Motherhood Initiative](#)—várias temas e assuntos.
- Participação: [In this together? Women's movements and the politics of intersectionality](#)
- Participação: [European Feminist Research Conference](#)
- Concurso: [Mar de Palavras](#) : Concurso de histórias do Mediterrâneo.



PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES

Para mais informação sobre a Plataforma e a área dos direitos das mulheres visite o nosso

[site](#) ou segue nos no [Facebook!](#)
www.plataformamulheres.org.pt
www.facebook.com/plataforma.mulheres



EUROPEAN WOMEN'S
LOBBY
EUROPÉENNES DES FEMMES

